

HABEAS CORPUS Nº 548.360 - CE (2019/0355687-1)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : **IGOR PINHEIRO COUTINHO E OUTRO**
ADVOGADOS : **EMANUELA MARIA LEITE BEZERRA CAMPELO - CE015499**
: **IGOR PINHEIRO COUTINHO - CE0025242**
IMPETRADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**
PACIENTE : **ANTONIO MARCIO RENES ARAUJO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO MARCIO RENES ARAUJO apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO.

Nesta via, sustenta o impetrante o excesso de prazo para julgamento da apelação defensiva, aduzindo que o recurso foi interposto perante a Corte de origem em 28.09.2017 e até o momento não foi julgado, em manifesta violação ao princípio da razoável duração do processo.

Defende a ausência de fundamentação suficiente para a decretação da prisão preventiva do custodiado, visto que foi com base na gravidade abstrata do delito, sendo desnecessária a manutenção da cautelar antecipada.

Alega que não seria possível a apresentação concomitante de alegações finais por corréus delatores e delatados, em observância ao art. 403 do CPP e aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Assevera ser devido ao réu o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, nos termos do julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente, que seja reconhecido o excesso de prazo na análise da apelação, deferindo-se ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do recurso, expedindo-se o salvo-conduto em seu favor. Subsidiariamente, que o segregado possa aguardar solto o trânsito em julgado da sentença e de eventuais recursos. No mérito, a declaração de nulidade da ação penal, permitindo-se ao sentenciado a apresentação de alegações finais após as do corréu delator.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque a impetração não foi suficientemente instruída, dela não constando documentos que comprovem a tramitação do recurso de apelação na Corte de origem, circunstância que impede a análise da plausibilidade jurídica da tutela requerida.

Ademais, a reforçar a impossibilidade de concessão da medida de urgência,

Superior Tribunal de Justiça

verifica-se que a alegada nulidade do processo pela apresentação de alegações finais concomitantemente por corréus delatores e delatados não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada, o que revela que a análise do tema diretamente por este Sodalício se daria em indevida supressão de instância.

Em arremate, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator